



DECRETO Nº 71/2025

Súmula: Dispõe sobre o recolhimento do imposto de renda em precatórios e requisições de pequeno valor municipais, e da outras providências.

MÁRIO EDUARDO LOPES PAULEK, Prefeito do Município de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a respeitável Decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE nº 1.293.453/RS, com repercussão geral reconhecida e a fixação de tese para o Tema nº 1.130;

Considerando o que dispõe o art. 7-A da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, incluído pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023;

Considerando à Solução de Consulta COSIT da Receita Federal do Brasil nº 108/2024;

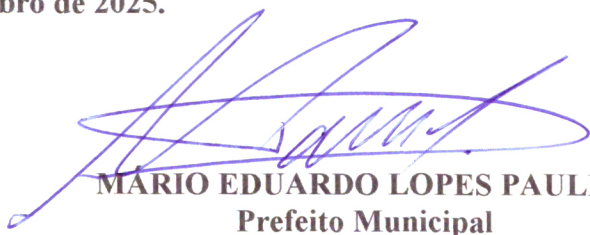
Considerando a determinação constante do respeitável Despacho SECEF 1011/20255 proferido no âmbito PA 0007972-44.2023.5.09.0000, do Órgão Especial Administrativo, do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;

DECRETA:

Art. 1º. Tendo em vista que haverá incidência de imposto de renda nos pagamentos de Precatórios e RPVs realizados pelo Poder Judiciário, o recolhimento do tributo em questão, em favor deste ente federativo, deverá ocorrer através de documento fiscal, a ser solicitado no seguinte endereço de e-mail: tributacao@mariopolis.pr.gov.br

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná,
em 06 de Outubro de 2025.



MÁRIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

